

Povo quer presidencialismo

Constata pesquisa do Gallup nas ruas do Rio e S. Paulo

Boa parte dos brasileiros prefere um regime presidencialista com maiores poderes para o presidente da República. Esse foi o resultado de uma pesquisa contratada pelo Palácio do Planalto ao Instituto GALLUP que, no último mês de julho, ouviu 1.244 pessoas nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo que responderam a uma única pergunta: "quem deve mandar mais no País?"

O Rio de Janeiro teve o maior número de entrevistados, 634, enquanto, em São Paulo foram ouvidas 610 pessoas. No total, 42,6%

Presidente se situou na seguinte faixa: sexo feminino (onde 43,3% das mulheres preferem o poder com o Presidente), classe socio-econômica D/E (45,6%), faixa etária acima dos 50 anos (54,0%) e nível de instrução primária (51,1%).

O perfil dos que preferem o sistema misto de governo é: sexo feminino (37,2%), classe socio-econômica A (43,6%), faixa etária entre 18 e 29 anos (41,0%) e nível de instrução superior (40,8%). Os que preferem poderes maiores nas mãos do Congresso Nacional são do sexo masculino (16,7%),

classe socio-econômica B (22,9%), faixa etária entre 30 e 49 anos (14,9%) e nível de instrução superior (23,9%).

A classe média (socio-econômica C) prefere poderes nas mãos do presidente da República com 43,3% de seus entrevistados. O mesmo acontece com a média da classe economicamente ativa (30 a 49 anos) onde 41,8% votaram a favor do presidente da República. Tanto homens quanto mulheres preferem que o País seja conduzido pelo Presidente, 41,8% dos homens e 43,4% das mulheres responderam dessa for-



Em discurso, Afonso Arinos disse que parlamentarismo "levanta o Brasil"



Para Ulysses, regime híbrido é impraticável

Ulysses teme mudança do regime

O deputado Ulysses Guimarães não esconde o receio, entre alguns dos seus íntimos, de que a tendência majoritária da Constituinte em favor do parlamentarismo acabe levando o País para um regime impraticável ou um presidencialismo mitigado, isto é, com misturas de parlamentarismo, ou um regime parlamentarista fazendo concessão fundamental ao presidencialismo, que seria a eleição direta do Presidente da República.

Presidencialista convicto, Ulysses Guimarães gostaria de manter o regime presidencial no Brasil, ainda que promovendo mudanças que retirem o caráter imperial que ganhou com o autoritarismo para fortalecer o Congresso Nacional. Mas sente que há uma forte tendência da maioria dos constituintes pelo parlamentarismo, o que, em face dos conflitos de interesses e contradições, poderia conduzir o País para um regime híbrido difícilmente praticável.

Embora defensor do presidencialismo, o presidente da Constituinte estaria disposto a se curvar à vontade da maioria, se a decisão se inclinasse pelo parlamentarismo puro com um Presidente da República eleito indiretamente para desempenhar o papel de Chefe de Estado. A maioria do PMDB acredita que o partido tem compromisso histórico com o restabelecimento da eleição direta, assumido com o povo durante o combate ao autoritarismo, e se inclina por modular o parlamentarismo com um Presidente da República eleito pelo voto direto.

O ministro Raphael de Almeida Magalhães, que tem participado de algumas reuniões para exame

desse problema, acredita que a Constituinte poderia criar as condições para uma crise institucional, mais tarde.

Um Presidente da República, eleito com 40 milhões de votos em dois turnos de votação, conforme já previsto, aceitaria desempenhar o papel de Rainha da Inglaterra, que a tanto equivaleria exercer a Chefia de Estado, e ser comandante supremo das Forças Armadas? Raphael, Ulysses e muitos outros políticos experientes acham que alguém eleito com votação tão consagrada logo comandaria movimento popular para restabelecer os poderes do Presidente da República em sistema presidencial.

O Palácio do Planalto trabalha em favor de um projeto de regime presidencialista mitigado, que também é considerado perigoso, na medida em que mistura presidencialismo e parlamentarismo. Trata-se de fórmula concebida pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, que o líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna, promete defender com os seus amigos quando a Constituinte estiver tomando as decisões pertinentes.

Algumas das lideranças mais experientes acham que, se a maioria é parlamentarista, devia obter o parlamentarismo clássico para vigor imediatamente. Aí haveria outro obstáculo. Sarney consideraria um esbulho a aprovação de fórmula parlamentarista clássica ainda durante o seu mandato, que também é objeto de discussão na Constituinte.

Para evitar esse embaraço, a Constituinte teria que implantar o parlamentarismo durante o mandato do futuro Presidente da República. E aí aumentam as chances de uma crise. O futuro Presidente da República comandaria uma campanha de mobilização popular para realizar um plebiscito a fim de eliminar o que consideraria um esbulo.

Atraso e protestos na estréia

A primeira sessão extraordinária noturna foi aberta às 19h25 — 40 minutos atrasada —, com plenário surpreendentemente cheio. O primeiro debate travado entre os constituintes, porém, não foi sobre o tema do dia — sistema de governo —, mas sobre a forma como as sessões por tema estão sendo realizadas.

Nestas sessões, podem falar 15 constituintes, indicados pelas lideranças, um de cada partido, com exceção do PMDB e do PFL, que têm direito a apresentar três e dois oradores, respectivamente. O deputado Del Bosco do Amaral (PMDB-SP) queixou-se do sistema adotado e lembrou que no regimento da Constituinte não há nenhum artigo que prevê a indicação de oradores pela liderança.

Del Bosco lembrou que a liderança do PMDB — que decidiu indicar apenas um dos seus três oradores e sortear os outros dois — foi "relativamente democrática", mas também criticou o sorteio.

"Sorteio é bom para bingo ou para jogo de azar", disse Del Bosco.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) afirmou que tinha ido lá com a esperança de assistir à "formosa intelectual" do debate contraditório travado entre parlamentares conhecedores profundos do direito constitucional. "Jamais esperei que ocorresse aqui o debate das roletas, a disputa dos dados", protestou.

O presidente da mesa, Jorge Arbage (PDS-PA) só conseguiu dar a palavra à primeira oradora, Cristina Tavares (PMDB-PE); às 19h40, Cristina lamentou o vazão das galerias e comentou que o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, era "no mínimo conveniente", com a forma desinteressante como os debates estavam sendo realizados até então.

O sorteio dos constituintes do PMDB foi realizado ontem de manhã no gabinete do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Poucos peemedebistas se interessaram em acompanhar o sorteio, que levou em conta as inscrições prévias feitas pelos parlamentares.

No caso do sistema de governo, por exemplo, eram 22 inscritos e os sorteados foram os deputados Nelson Friedrich e Cristina Tavares. Ao todo 161 deputados e senadores se inscreveram, mas apenas 27 deles vão falar. Além dos 18 sorteados, o líder Mário Covas indicará para cada tema um terceiro parlamentar, levando em consideração critérios pessoais. "Ainda não escolhi essas pessoas", disse Covas ontem de manhã. "Mas já sei como irei fazê-lo. Apenas ainda não fixei o critério", explicou.

Parlamentarismo ganhou força na sessão de ontem

A maioria dos 13 oradores inscritos para a sessão extraordinária da Constituinte, que discutiu ontem o sistema de governo, defendeu o parlamentarismo. Esta posição ganhou força com um festejado discurso do senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Virtuoso, Arinos deixou em mãos lençóis seu sucessor na tribuna, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), representante da maior bancada comprometida com o presidencialismo.

— Já tivemos cem anos de República e 54 anos de governos absolutamente desprezíveis e repugnantes, repletos de miséria e de infâmia —, desabafou o senador Afonso Arinos, depois de fazer um histórico de todas as crises políticas que o Brasil já atravessou. Arinos acredita que o presidencialismo no Brasil tem vocação ditatorial desde sua origem. Na sua opinião, ele jamais será tão bem sucedido aqui quanto nos Estados Unidos, pois nasceu de condições radicalmente adversas. O senador lembrou que a ideologia republicana, surgida em meados do século dezenove através da filosofia positivista de Augusto Comte, chegou ao Brasil pelas mãos de Benjamin Constant, desde então esteve indissociavelmente ligado ao militarismo, resultando na ditadura militar.

— A ditadura esclarecida de Augusto Comte na França é muito diferente da ditadura mal esclarecida do Brasil — observou o jurista, Afonso Arinos lembrou que o "militarismo positivista" foi praticado em toda a América Latina, sempre com resultados sangrentos, e no Brasil ele também produziu efeitos trágicos, a despeito da tão apregoada "coexistência fraterna dos brasileiros".

Arinos acredita que só o parlamentarismo pode "levantar o Brasil" e convocou todos os constituintes a não perderem "a última oportunidade" de dar um novo rumo à história política brasileira. Os constituintes aplaudiram longamente o discurso do senador.

A vantagem da posição parlamentarista ficou evi-



Serra e Dornelles: conversa em plenário

PODER & POLÍTICOS

Trânsito político

O relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), dará parecer contrário à consulta plebiscitária sobre a nova Constituição. Argumenta, com extrema simplicidade, que a consulta atropelará a Constituinte como se o pronunciamento do povo fosse inferior ao de seus representantes. É uma inversão de valores.

O que se pretende é evitar a manifestação do povo, que não interessa ao Poder, que se sustenta através de expedientes diversos, até escusos. O que dirá o povo ao ser indagado se prefere este Governo por mais tempo ou se deseja eleições diretas de imediato? Impede-se o plebiscito por objetivo político sem considerar que a fonte do poder é o povo.

Comete o relator outro erro quando observa que a consulta é manobra do PT que, não tendo maioria entre os constituintes, apela para o povo. Se a rejeição ocorrer, seja de toda a Constituição seja de parcela, é porque a vontade do povo não foi devidamente expressa. Justifica-se, pois, a ética pergunta do deputado Adilson Motta (PDS-RS) sobre se, havendo a recusa total, devem os atuais parlamentares elaborarem nova Constituição. É claro que não por terem sido de-sautorizados.

A preocupação em rejeitar o plebiscito decorre da falta de vinculação entre o povo e a Constituinte. Há um distanciamento ostensivo, revelado desde o esvaziamento das galerias e do plenário até o desprezo do Executivo, constatado, por exemplo, no documento em que o ministro do Gabinete Civil afirma, erradamente, não estar obrigado a responder os requerimentos de informações dos parlamentares.

A Constituinte, normalmente, surge pela interrupção violenta do processo político e como exigência, pela sociedade, de nova estrutura legal. A nossa Constituinte foi um acerto generalizado desde o início, que permitiu até a inclusão de senadores eleitos em 82, quando o regime era outro e alguns tinham posições bem diversas. De acerto em acerto a Constituinte começou a arrastar-se e hoje, apesar dos meios de comunicação, não influencia a população, que dela está ausente.

Não há mais sequer a esperança, tão comum, de que a Constituição, a lei, resolverá todos nossos problemas. O que se vê é a discussão miúda, os golpes rasteiros em torno do período do mandato do Presidente da República, em cuja discussão os argumentos são cargos, concessões de rádios etc. Os temas sociais são condicionados pelo interesse ou demagogia, com os grupos mais preocupados em firmar posições, exibir-se para galerias pagas ou comprometidas.

Nesse quadro é possível compreender o medo de que o povo atropelasse a Constituinte.

DONA RUTH
Piorou nas últimas horas o estado de saúde de dona Ruth Passarinho, motivo pelo qual os médicos proibiram as visitas, mesmo de pessoas da família.

JOAO EMILIO FALCAO

Arinos quer sistema que prestigie Senado

O senador Afonso Arinos (PFL/RJ), presidente da Comissão de Sistematização, apresentará emenda instituindo o regime semiparlamentarista, semelhante à proposição de Raul Pilla em 64, que foi apoiada, na ocasião, por Tancredo Neves, José Sarney e Mário Covas, hoje líder do PMDB no Senado.

Arinos enfatiza que essa emenda terá, entre outros méritos, o de simplificar o parlamentarismo híbrido instituído no anteprojeto Bernardo Cabral e impedir que o Senado fique marginalizado do processo de escolha do Chefe do Governo, seguindo os modelos italiano e espanhol.

CONTROLE
A emenda Afonso Arinos, que já conta com o apoio de vários parlamentares, é a seguinte:
Art. 165 — Compete ao presidente da República nomear o Primeiro-

Ministro após consulta às correntes partidárias que compõem a maioria do Congresso Nacional e, por indicação deste, aprovar e nomear os demais integrantes do Conselho de Ministros.

§ 1º — O Primeiro-Ministro e o Conselho de Ministros repousam na confiança da Câmara dos Deputados e exoneram-se quando ela lhes venha a falar.

§ 2º — A moção de confiança solicitada pelo Governo ao apresentar-se à Câmara dos Deputados ou em qualquer outra oportunidade, considera-se aprovada pelo voto da maioria simples.

§ 3º — A moção de censura deve ser apresentada, no mínimo, por 1/5 dos membros da Câmara e aprovada pelo voto da maioria de seus membros, com apreciação iniciada 48 horas após sua apresentação, não podendo a discussão ultrapassar três dias. A

Deputados antecipam a discussão do tema

A discussão sobre o sistema de governo, marcada para as 18h45 de ontem, começou cerca de duas horas antes, com a defesa do parlamentarismo feita por quatro peemedebistas. Os senadores Ronan Tito (MG) e Chagas Rodrigues (PI) e os deputados Osvaldo Lima Filho (PE) e Nelson Aguiar (ES) defenderam o que consideram melhor para o Brasil, neste momento, ocupando o horário destinado ao debate em primeiro turno do projeto de Constituição, no plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

A sessão vespertina, que começou às 14h30 serviu, até o momento em que o sistema de governo foi abordado, para uma série de críticas e encaminhamento de pedidos de informação ao Executivo. O Ministério da Previdência e Assistência Social (ou do "bem-estar social", como disse o líder do PFL, deputado José Lourenço, mais uma vez foi o alvo dos consti-

tuintes, que vêm criticando a ausência de licitação para aquisição dos 328 apartamentos em Brasília, do prédio da Dataprev no Rio de Janeiro e de um lote de ambulâncias. Enquanto os deputados Joaci Góes (PMDB/BA) e Nilson Gibson (PMDB/PE) defendiam o ministro Raphael de Almeida Magalhães, Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) e José Lourenço (PFL/BA) atacavam suas medidas, sem encontrar justificativas para a compra de imóveis "quando as pensões dos aposentados estão defasadas" e "em um momento em que não temos recursos para empregar na moradia popular", como ressaltaram respectivamente.

O contrário do que vem ocorrendo desde 15 de julho, quando o projeto de Constituição foi colocado em discussão no plenário quase vazia da Constituinte, por volta das 18h de ontem já se registrava um quorum médio de 25 parla-

MISSA DE 30º DIA
DR.ª DINA VERÔNICA PASSOS FREITAS
Dr. Viète Freitas e filhos agradecem as manifestações de solidariedade e convidam para Missa de 30º Dia a realizar-se no dia 07/08/87 -Paróquia St.º Cura D'ars 914 Sul.